

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	17
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	85
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.171.721	2.200.098
1.01	Ativo Circulante	36.557	81.961
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.184	30.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.304	6.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.304	6.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.069	44.979
1.01.08.03	Outros	10.069	44.979
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	9.992	42.941
1.01.08.03.03	Outros Créditos	77	2.038
1.02	Ativo Não Circulante	2.135.164	2.118.137
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	138.971	145.415
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.266	8.781
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	13.266	8.781
1.02.02	Investimentos	1.988.050	1.964.198
1.02.02.01	Participações Societárias	1.988.050	1.964.198
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	24.800	30.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.835.336	1.814.395
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	127.914	118.845
1.02.03	Imobilizado	57	61
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	57	61
1.02.04	Intangível	8.086	8.463
1.02.04.01	Intangíveis	8.086	8.463
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.086	8.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.171.721	2.200.098
2.01	Passivo Circulante	3.385	54.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.058	899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.058	899
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.058	899
2.01.02	Fornecedores	1.686	1.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.686	1.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	61	4.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59	4.684
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	59	192
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	0	4.492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	0
2.01.05	Outras Obrigações	580	47.878
2.01.05.02	Outros	580	47.878
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	368	47.657
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	212	221
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.890
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.160.446	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	922.763	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.330	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.321	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	166.346	190.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	37.312	27.949	211.315	146.767
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.370	-20.703	-7.818	-25.515
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	17	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	44.683	48.635	219.133	172.282
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.312	27.949	211.315	146.767
3.06	Resultado Financeiro	234	1.405	1.090	2.786
3.06.01	Receitas Financeiras	756	2.975	1.484	3.946
3.06.02	Despesas Financeiras	-522	-1.570	-394	-1.160
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.546	29.354	212.405	149.553
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.546	29.354	212.405	149.553
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.546	29.354	212.405	149.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,91850	0,71810	5,19630	3,65870
3.99.01.02	PN	1,01040	0,78990	5,71600	4,02460
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,91850	0,71810	5,19630	3,65870
3.99.02.02	PN	1,01040	0,78990	5,71600	4,02460

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	37.546	29.354	212.405	149.553
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.546	29.354	212.405	149.553

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.091	-16.847
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.167	-23.519
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	29.354	149.553
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.482	1.146
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-48.635	-172.282
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	-368	-1.936
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.924	6.672
6.01.02.02	Outros Ativos	1.961	28
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	4.672	0
6.01.02.04	Fornecedores	401	8.508
6.01.02.05	Salários e Encargos	159	215
6.01.02.06	Tributos a pagar	-4.623	-1.264
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-4.485	-802
6.01.02.10	Outros Passivos	-9	-13
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.631	-13.042
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	0	-14.000
6.02.03	Partes Relacionadas	0	-15.300
6.02.04	Dividendos Recebidos	56.631	16.258
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.362	18.038
6.03.01	Partes Relacionadas	11.297	18.040
6.03.02	Dividendos Pagos	-53.659	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.822	-11.851
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.006	37.869
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.184	26.018

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.321	-23.967	29.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.354	0	29.354
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.967	-23.967	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.967	-23.967	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	53.321	166.346	2.160.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.504	-23.589	149.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.553	0	149.553
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.951	-23.589	362
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.951	-23.589	362
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	173.504	-4.475	1.927.248

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.397	-6.273
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.414	-6.273
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	17	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.397	-6.273
7.04	Retenções	-1.482	-1.146
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.482	-1.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.879	-7.419
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.610	176.228
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	48.635	172.282
7.06.02	Receitas Financeiras	2.975	3.946
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.731	168.809
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.731	168.809
7.08.01	Pessoal	17.938	18.946
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.938	18.946
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	313	247
7.08.02.01	Federais	313	247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	126	63
7.08.03.01	Juros	92	14
7.08.03.02	Aluguéis	34	49
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.354	149.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.354	149.553

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	5.851.856	5.627.763
1.01	Ativo Circulante	4.733.433	1.674.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	654.837	664.506
1.01.03	Contas a Receber	940.070	788.205
1.01.03.01	Clientes	818.771	659.186
1.01.03.01.01	Clientes	1.174.147	1.013.828
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-355.376	-354.642
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	121.299	129.019
1.01.04	Estoques	9.323	11.958
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.042	98.957
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.042	98.957
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.089.161	110.444
1.01.08.03	Outros	3.089.161	110.444
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	2.755.441	0
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	9.992	2.771
1.01.08.03.04	Outros Créditos	323.728	107.673
1.02	Ativo Não Circulante	1.118.423	3.953.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	579.566	3.300.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	8.894	10.130
1.02.01.03.01	Clientes	6.649	7.170
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.245	2.960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	278.367	316.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	278.367	316.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	166.600	2.836.892
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	28.937	10.418
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	137.663	143.761
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	0	2.682.713
1.02.02	Investimentos	190.076	181.471
1.02.02.01	Participações Societárias	190.076	181.471
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	62.162	62.626
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127.914	118.845
1.02.03	Imobilizado	206.803	221.129
1.02.04	Intangível	141.978	250.920
1.02.04.01	Intangíveis	141.978	250.920
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	124.895	233.192
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	17.083	17.728

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	5.851.856	5.627.763
2.01	Passivo Circulante	1.514.174	1.491.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	129.997	109.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	129.997	109.474
2.01.02	Fornecedores	602.291	557.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	602.291	557.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	177.737	167.486
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.916	84.470
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.172	47.633
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	22.022	28.652
2.01.03.01.03	Outros	6.722	8.185
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	101.111	82.667
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.710	349
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	319.126	204.317
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	305.848	199.686
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	305.848	199.686
2.01.04.02	Debêntures	13.278	4.631
2.01.05	Outras Obrigações	118.212	280.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.828	14.263
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.828	14.263
2.01.05.02	Outros	108.384	265.991
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	368	47.657
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	60.491	174.621
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	47.525	43.713
2.01.06	Provisões	166.811	172.275
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	166.811	172.275
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	166.811	172.275
2.02	Passivo Não Circulante	2.177.236	1.998.641
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	609.613	477.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	310.937	178.953
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	310.937	178.953
2.02.01.02	Debêntures	298.676	298.402
2.02.02	Outras Obrigações	246.814	114.634
2.02.02.02	Outros	246.814	114.634
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	244.339	112.159
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	7.605	13.633
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.605	13.633
2.02.04	Provisões	1.313.204	1.393.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.267.126	1.341.485
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.393	29.522
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	67.464	75.612
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	794.722	887.214
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	375.547	349.137
2.02.04.02	Outras Provisões	46.078	51.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	46.078	51.534

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.160.446	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	316
2.03.04	Reservas de Lucros	922.763	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.330	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.321	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	166.346	190.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.425.532	4.090.543	1.189.349	3.556.030
3.01.01	Receita de Venda e/ou Serviços	1.339.013	3.871.201	1.113.040	3.356.724
3.01.02	Receita de Construção	86.519	219.342	76.309	199.306
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.229.056	-3.628.075	-989.153	-2.859.618
3.02.01	Custo de Vendas e/ou Serviços	-1.142.537	-3.408.733	-912.844	-2.660.312
3.02.02	Custo de Construção	-86.519	-219.342	-76.309	-199.306
3.03	Resultado Bruto	196.476	462.468	200.196	696.412
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-107.005	-366.161	-148.092	-521.320
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.026	-111.664	-74.654	-181.996
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.715	-232.159	-67.726	-262.692
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.575	-48.310	-10.808	-94.034
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.311	25.972	5.096	17.402
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	89.471	96.307	52.104	175.092
3.06	Resultado Financeiro	-30.433	11.016	15.407	44.669
3.06.01	Receitas Financeiras	37.320	163.544	53.032	125.767
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.753	-152.528	-37.625	-81.098
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.038	107.323	67.511	219.761
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.492	-77.969	144.894	-70.208
3.08.01	Corrente	-15.001	-45.847	-36.909	-40.334
3.08.02	Diferido	-6.491	-32.122	181.803	-29.874
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.546	29.354	212.405	149.553
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	37.546	29.354	212.405	149.553
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.546	29.354	212.405	149.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,91850	0,71810	5,19630	3,65870
3.99.01.02	PN	1,01040	0,78990	5,71600	4,02460
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99.02.01	ON	0,91850	0,71810	5,19630	3,65870
3.99.02.02	PN	1,01040	0,78990	5,71600	4,02460

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	37.546	29.354	212.405	149.553
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.546	29.354	212.405	149.553
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.546	29.354	212.405	149.553

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-27.446	468.422
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	373.079	482.557
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	107.323	219.761
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	164.025	155.877
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	1.803	0
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-25.972	-17.402
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	60.035	34.695
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-25.075	-8.923
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	734	13.701
6.01.01.10	Juros Pagos	-48.212	-24.005
6.01.01.11	Contingências	12.677	61.580
6.01.01.14	Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	-1.112	0
6.01.01.16	Reversão Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	-21.130	-21.126
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-10.422	-37.392
6.01.01.19	Despesa Atuarial	56.146	74.130
6.01.01.20	Baixa de Ativo Indenizatório	102.259	31.661
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-400.525	-14.135
6.01.02.02	Contas a Receber	-152.078	382.930
6.01.02.03	Outros Ativos	-215.340	-26.554
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	6.098	7.909
6.01.02.05	Fornecedores	44.437	-256.054
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	20.523	7.471
6.01.02.07	Tributos a Pagar	-10.521	-6.502
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	18.050	-17.934
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	40.396	3.543
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	-623	36.631
6.01.02.12	Estoques	2.635	2.388
6.01.02.15	Obrigações com Benefícios a Empregados	-154.102	-147.963
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-174.737	-189.591
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-184.894	-209.647
6.02.05	Dividendos Recebidos	15.398	16.258
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-5.241	0
6.02.07	Aquisição de Participação Acionária	0	-12.545
6.02.08	Resgate de Fundo de Investimento	0	16.343
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	192.514	399.929
6.03.02	Partes Relacionadas	11.297	18.040
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-243.757	-248.107
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	478.633	332.052
6.03.05	Dividendos Pagos	-53.659	-2
6.03.08	Debêntures	0	300.000
6.03.19	Custo de Captação de Debêntures	0	-2.054
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.669	678.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	664.506	172.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	654.837	851.500

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.321	-23.967	29.354	0	29.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.354	0	29.354	0	29.354
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.967	-23.967	0	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	23.967	-23.967	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	53.321	166.346	2.160.446	0	2.160.446

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.504	-23.589	149.915	0	149.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.553	0	149.553	0	149.553
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.951	-23.589	362	0	362
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.951	-23.589	362	0	362
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	173.504	-4.475	1.927.248	0	1.927.248

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	5.706.950	4.913.145
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.488.341	4.727.540
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	219.342	199.306
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-733	-13.701
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.459.835	-2.804.428
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.078.178	-2.319.430
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-162.315	-285.692
7.02.04	Outros	-219.342	-199.306
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-219.342	-199.306
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.247.115	2.108.717
7.04	Retenções	-142.895	-134.751
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-164.025	-155.877
7.04.02	Outras	21.130	21.126
7.04.02.01	Realização de Provisão para Perdas	21.130	21.126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.104.220	1.973.966
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	189.516	143.169
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.972	17.402
7.06.02	Receitas Financeiras	163.544	125.767
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.293.736	2.117.135
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.293.736	2.117.135
7.08.01	Pessoal	397.219	424.699
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.704.780	1.453.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	162.383	89.869
7.08.03.01	Juros	151.050	79.952
7.08.03.02	Aluguéis	11.333	9.917
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.354	149.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.354	149.553

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro semestre de 2014 chegaram a R\$256,1 milhões ante R\$247,5 milhões em 2013, sendo 3,48% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30 de setembro 2014		30 de setembro 2013		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	247.606	96,69	222.072	89,74	11,50
Geração de Energia Elétrica	8.471	3,31	25.395	10,26	-66,64
Total	256.077	100	247.467	100	3,48

2. Mercado Acionário

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o terceiro trimestre de 2014 com desvalorização de 4,76%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) mantiveram o desempenho no mesmo período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou no trimestre valorização de 1,78%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE desvalorizou-se em 1,91%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2014 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30 de setembro 2014	Desempenho *	
		Variação %	
		3º TRI 2014	Em 12 meses
Celesc PN	R\$14,80	-4,60%	-9,26%
Celesc ON	R\$39,82	0,00%	5,76%
IBOVESPA	54.115	1,78%	3,40%
IEE	27.596	-1,91%	2,07%

Fonte: DEF/DPRI

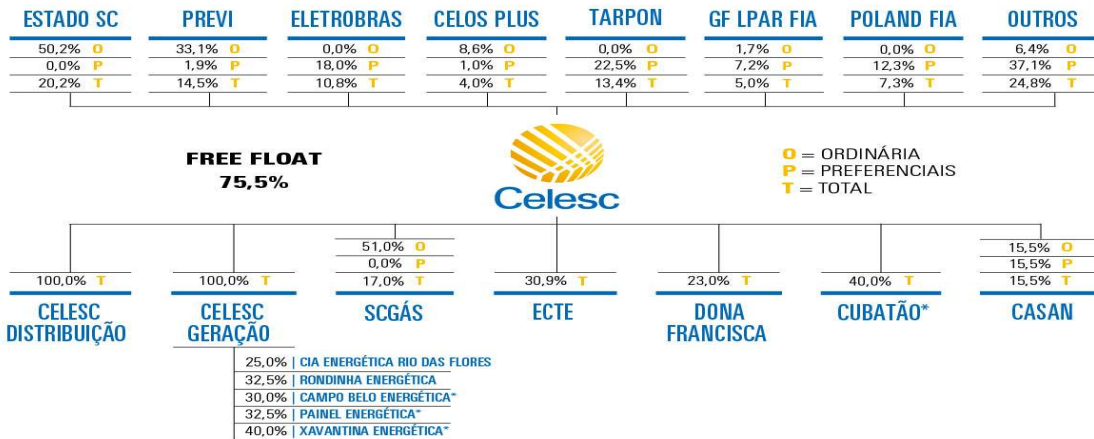
*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 30 de setembro de 2014, conforme demonstrado no quadro acima são: R\$14,80 para cada Ação Preferencial – PN e R\$39,82 para cada Ação Ordinária – ON.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de setembro de 2014 está apresentada no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho



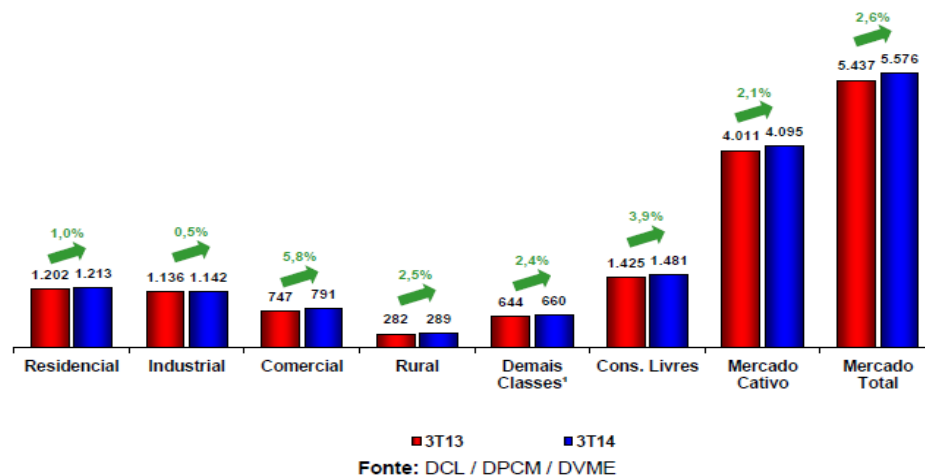
Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2014, com um quadro funcional de 3.262 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 10,05% em relação ao mesmo período do ano anterior (2.964 empregados), em função de novas admissões ocorridas nos concursos públicos realizados em 2013 e 2014.

5. Balanço Energético -falta

No terceiro trimestre de 2014, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.095 GWh representando aumento de 2,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.011 GWh.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 2,6%, atingindo 5.576 GWh no terceiro trimestre de 2014 em comparação a 5.437 GWh no terceiro trimestre de 2013.

6. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2014		2013		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	2014	2014	2013	2013	14-13	14-13
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	442.424	1.281.887	360.120	1.028.885	33,9%	36,1%	35,3%	35,3%	22,9%	24,6%
Industrial	383.446	944.529	293.170	798.873	29,4%	26,6%	28,7%	27,4%	30,8%	18,2%
Comercial	285.916	801.324	215.917	657.464	21,9%	22,6%	21,1%	22,6%	32,4%	21,9%
Rural	65.837	188.024	51.467	152.001	5,0%	5,3%	5,0%	5,2%	27,9%	23,7%
Poder Público	36.723	95.753	34.906	89.809	2,8%	2,7%	3,4%	3,1%	5,2%	6,6%
Iluminação Pública	29.267	75.245	21.583	59.031	2,2%	2,1%	2,1%	2,0%	35,6%	27,5%
Serviço Público	22.140	56.915	16.582	48.290	1,7%	1,6%	1,6%	1,7%	33,5%	17,9%
Subtotal	1.265.752	3.443.677	993.746	2.834.353	97,1%	97,1%	97,3%	97,3%	27,4%	21,5%
Suprimento	37.946	102.586	27.379	79.927	2,9%	2,9%	2,7%	2,7%	38,6%	28,4%
TOTAL	1.303.698	3.546.263	1.021.125	2.914.279	100%	100%	100%	100%	27,7%	21,7%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.213.393	4.026.796	1.201.969	3.677.392	29,6%	30,9%	30,0%	29,9%	1,0%	9,5%
Industrial	1.141.709	3.415.046	1.135.511	3.319.421	27,9%	26,2%	28,3%	27,0%	0,5%	2,9%
Comercial	790.542	2.693.558	747.448	2.480.426	19,3%	20,6%	18,6%	20,2%	5,8%	8,6%
Rural	289.478	980.823	282.328	902.083	7,1%	7,5%	7,0%	7,3%	2,5%	8,7%
Poder Público	96.667	313.707	113.476	308.205	2,4%	2,4%	2,8%	2,5%	-14,8%	1,8%
Iluminação Pública	142.051	425.831	136.302	404.707	3,5%	3,3%	3,4%	3,3%	4,2%	5,2%
Serviço Público	78.220	240.341	73.814	230.821	1,9%	1,8%	1,8%	1,9%	6,0%	4,1%
Subtotal	3.752.060	12.096.102	3.690.848	11.323.055	91,6%	92,7%	92,0%	92,2%	1,7%	6,8%
Suprimento	342.958	950.311	320.650	962.392	8,4%	7,3%	8,0%	7,8%	7,0%	-1,3%
TOTAL	4.095.018	13.046.413	4.011.498	12.285.447	100%	100%	100%	100%	2,1%	6,2%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	364,62	318,34	299,61	279,79	118,0%	120,6%	120,9%	121,3%	21,7%	13,8%
Industrial	335,85	276,58	258,18	240,67	108,7%	104,8%	104,2%	104,3%	30,1%	14,9%
Comercial	361,67	297,50	288,87	265,06	117,0%	112,7%	116,6%	114,9%	25,2%	12,2%
Rural	227,43	191,70	182,30	168,50	73,6%	72,6%	73,6%	73,0%	24,8%	13,8%
Poder Público	379,90	305,23	307,60	291,39	122,9%	115,6%	124,2%	126,3%	23,5%	4,7%
Iluminação Pública	206,03	176,70	158,35	145,86	66,7%	66,9%	63,9%	63,2%	30,1%	21,1%
Serviço Público	283,04	236,81	224,65	209,21	91,6%	89,7%	90,7%	90,7%	26,0%	13,2%
Subtotal	337,35	284,69	269,25	250,32	109,1%	107,9%	108,7%	108,5%	25,3%	13,7%
Suprimento	110,64	107,95	85,39	83,05	35,8%	40,9%	34,5%	36,0%	29,6%	30,0%
TOTAL	309,10	263,96	247,72	230,71	100%	100%	100%	100%	24,8%	14,4%

Fonte: DCL

Comentário do Desempenho



7. Desempenho Econômico Financeiro

O lucro líquido do terceiro trimestre de 2014 apresentado pela Companhia foi de R\$29,3 milhões, que representa uma diminuição de 80,37%, se comparado ao mesmo período de 2013 (lucro líquido de R\$149,5 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	AH
Receita Operacional Bruta - ROB	5.707.683	4.926.846	15,85%
Receita Operacional Líquida - ROL	4.090.543	3.556.030	15,03%
Resultado das Atividades	96.307	175.092	-45,00%
EBITDA Ajustado	237.640	308.612	-23,00%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	5,81%	8,68%	-2,87 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	0,72%	4,21%	-3,49 p.p.
Resultado Financeiro	11.016	44.669	-75,34%
Ativo Total	5.851.856	5.665.366	3,29%
Imobilizado	206.803	249.204	-17,01%
Patrimônio Líquido	2.160.446	1.927.248	12,10%
Lucro (Prejuízo) Líquido	29.354	149.553	-80,37%

O Grupo encerrou o terceiro trimestre de 2014 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$5.707,6 milhões aumento de 15,85% em relação a 2013 num valor de R\$4.926,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 15,03%, fechando o terceiro trimestre de 2014 em R\$4.090,5 milhões em relação ao mesmo período de 2013 num valor de R\$3.556,0 milhões.

O EBITDA ajustado no terceiro trimestre de 2014 atingiu o valor de R\$237,6 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 8,68% no terceiro trimestre de 2013 para 5,81% em 2014.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Comentário do Desempenho



Conciliação do EBITDA	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Lucro/Prejuízo líquido	29.354	149.553
IRPJ e CSLL corrente e diferido	77.969	70.208
Resultado financeiro	(11.016)	(44.669)
Depreciação e amortização	162.463	154.646
	258.770	329.738
(-) Efeitos Não Recorrentes		
Reversão da Provisão de Perdas no Imobilizado em Controlada	(21.130)	(21.126)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	237.640	308.612

8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de setembro 2014					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	1.675.700	7,27	1.933.300	5,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	993.152	6,39	8.550.859	37,11	9.544.011	24,76
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2014 representando 20,30% do

Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.828.116 ações, na grande maioria ações

Comentário do Desempenho



preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.828.116	20,30
Investidores Nacionais	30.743.475	79,70

Fonte: DEF/DPRI

10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Conselho de Administração	1	-	10	-	11	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

11. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46

Fonte: DEF/DPRI

12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas

Comentário do Desempenho



pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de novembro de 2014.

A Administração



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2014, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
	Direta	Direta
Controladas		
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Descrição	Percentual de Participação %			
	30 de setembro 2014		31 de dezembro 2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética S.A.	-	25,00	-	25,00
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-

Notas Explicativas



1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

b) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4	22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,5	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,7	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Notas Explicativas



Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Conforme definido no Decreto Presidencial – DP nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Em 06 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578/2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580/2012.

O MME, por meio da Portaria nº 578/2012, definiu as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP nº 579/12, com base no valor do custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, incluindo os custos de operação, manutenção e administração, entre outros.

No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência p/ efeito de definição da GAG (MW)	Tarifa (R\$/kWano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	226,23572

Essas usinas representam 89,7% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Companhia ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela referida MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF-4 (Porto Alegre/RS).

Em 09 de maio de 2013 foi prolatada sentença pelo juízo de primeiro grau julgando improcedente o pedido da Celesc G. Em 20 de maio de 2013 foi interposto Embargos de Declaração pela Celesc G. Em 30 de julho de 2013 foram rejeitados os Embargos de Declaração interposto pela Celesc G, motivo pelo qual foram interpostas Ações Cautelares perante o TRF-4 (5018514-10.2013.404.0000/TRF) e Justiça Federal de Florianópolis. A liminar foi deferida em 16 de agosto de 2013 pelo TRF-4, suspendendo o prazo para assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99.

Após a interposição do Recurso de Apelação em 26 de agosto de 2013 pela Celesc G, o TRF-4 negou provimento por unanimidade e, por consequência, a Ação Cautelar interposta foi julgada extinta, sem julgamento de mérito, com a revogação da liminar anteriormente deferida.

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

b.1. Novos Projetos de Fontes Alternativas

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias, visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

Notas Explicativas**c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo MME.

A controlada em conjunto ECTE, detém concessão por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88 de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 30 anos.

e) Legislações Aplicáveis as Concessões**i) Medida Provisória – MP nº 579 de 11 de Setembro de 2012, convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013**

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Notas Explicativas

A referida Lei teve como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%*, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a Lei Federal nº 12.783/2013 definiu a redução das tarifas pela eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013.

Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme Lei Federal nº 12.783/2013, a renovação das concessões estava condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Lei Federal nº 12.783/2013, em regime de cotas, para as distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a Lei Federal nº 12.783/2013 estabelece que quando da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

ii) Decreto nº 7.891 de 23 de Janeiro de 2013 alterado pelos Decretos nº 7.945 de 07 de Março de 2013 e nº 8.221 de 01 de Abril de 2014 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012, 2013 e ao longo de 2014.

* Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP nº 579/2012 não foram auditadas.

Notas Explicativas

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não possuem gestão sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945/13 reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% (cento e três por cento) para 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o referido Decreto nº 7.945/13 alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE, às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE; e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Compensação de Valores de Custos da Parcela A – CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda.

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$66.308, registrado como redutora do Custo com Energia Elétrica na Rubrica Energia de Curto Prazo.

Para o item (iv), o governo federal emitiu em 1º de abril de 2014, o Decreto nº 8.221 onde dispõe que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou e mantém a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Em 22 de abril de 2014 a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 142 – SRE/ANEEL e Despacho nº 1.256, fixou para a Celesc D o montante de R\$332.629 para cobertura dos Custos de Exposição Involuntária e dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D termoeletrônicos da competência de fevereiro de 2014. Em 05 de maio de 2014 a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.378, fixou o montante de R\$159.980 para cobertura CCEAR-D termoeletrônicos da competência de março de 2014. Em 9 de maio de 2014 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.443 que alterou o Despacho nº 1.378/14, fixando o valor para cobertura no montante de R\$196.970.

Em 02 de junho de 2014 a ANEEL divulgou o valor do repasse da CONTA-ACR, para cobertura CCEAR-D termoeletrônicos, referente à competência de abril de 2014, por meio da Nota Técnica nº 182 – SRE/ANEEL, no montante de R\$110.655. O valor foi repassado em 09 de junho de 2014.

Em 07 de julho de 2014 a ANEEL, por meio Nota Técnica nº 66, determinou o diferimento da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP, no âmbito da CCEE, para as distribuidoras relativo ao repasse da Conta ACR, referente ao mês de maio de 2014. O valor repassado à Celesc D é de R\$137.286. Este valor foi deliberado e convalidado no Despacho nº 2.415, de 9 de julho de 2014.

Em 05 de agosto de 2014 a ANEEL, por meio Despacho nº 3.017, determinou o repasse da Conta ACR, referente ao mês de junho de 2014. O valor repassado à Celesc D foi de R\$31.372. Os valores referentes a Nota Técnica nº 66 e Despacho nº 3.017 foram repassados em 19 de agosto de 2014.

Em 02 de setembro de 2014 a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.588, que determinou o valor de R\$43.716 para repasse da Conta ACR, referente ao mês de julho de 2014, sendo repassados à Celesc D em 08 de setembro de 2014.

Por meio do Despacho nº 3.968, da ANEEL, não houve valor a ser repassado à Celesc D referente a Conta ACR, competência de agosto de 2014.

A ANEEL, por meio Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014, determinou o valor de R\$74.329 para repasse da Conta ACR, referente ao mês de setembro de 2014.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida de redução do custo com energia elétrica na Rubrica de Energia de Curto Prazo, vide Nota Explicativa 27.2.

iii) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE

Notas Explicativas**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31.801, competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, vide Nota Explicativa 27.1.

De acordo com o cronograma inicial a Celesc D iria receber os valores homologados pela referida Resolução até o 10º dia útil do mês subsequente. Porém, a Eletrobras não tem cumprido com o cronograma, repassando em 27 de junho de 2014 o valor de R\$31.801 referente a dezembro de 2013.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para Custear Descontos Tarifários	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o valor mensal de repasse pela Eletrobras à Celesc D no período de agosto de 2014 a julho de 2015 de R\$35.407.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para Custear Descontos Tarifários	
Ago/2014 a Jul/2015	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	7.695
Subsídio Geração Fonte Incentivada	462
Subsídio Distribuição	12.240
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	1.334
Subsídio Rural	13.361
Subsídio Irrigante/Aquicultor	315
Total	35.407

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na Rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma

Notas Explicativas

Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As ITR Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR e são divulgadas em conjunto com as Informações Trimestrais Consolidadas.

2.2. Base de Mensuração**2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são

Notas Explicativas

determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Notas Explicativas**f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do Uso de Bem Público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

2.3. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2015, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

Essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras, exceto pelo apresentado na NE 2.3.

Notas Explicativas**4. Gestão de Risco Financeiro****4.1. Fatores de Risco Financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado**4.2.1. Risco Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Notas Explicativas



4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

						Consolidado	
	Taxas	Menos de um Mês	De um a Três Meses	De Três Meses a Um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
CDI							
30 de setembro de 2014							
Contas a Receber		878.757	55.492	7.325	5.109	36	946.719
Caixa e Equivalente de Caixa		664.506	-	-	-	-	664.506
Conta Amb.Contr.Regulada (CONTA-ACR) Dec. 8221/14		-	74.329	-	-	-	74.329
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013		166.215	-	-	-	-	166.215
Total Ativo		1.709.478	129.821	7.325	5.109	36	1.841.295
Empréstimo Bancário	7,55% a.a	10.157	19.898	10.163	-	-	40.218
Empréstimo Bancário	116% e 121,5% do CDI	9.164	10.055	199.839	211.954		431.011
Eletrobras	5% a.a.	4.034	8.084	35.329	107.134	7.890	162.471
Finame	2,5% a 8,7% a.a.	510	828	3.876	22.542	11.725	39.481
Debêntures	CDI + 1% a.m.	-	13.278		298.676	-	311.954
Fornecedores		440.004	162.287	-	-	-	602.291
Total Passivo		463.869	214.430	249.206	640.307	19.615	1.587.426

Notas Explicativas**4.5. Riscos Operacionais****4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2014:

Notas Explicativas



Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI ² (%)			11,26	14,08	16,89
	Aplicações Financeiras	563.025	63.397	79.246	95.095
	Contas a Receber Não Circulante	6.649	749	936	1.123
	Empréstimos	(616.785)	(69.450)	(86.812)	(104.175)
	Debêntures	(311.954)	(35.126)	(43.908)	(52.689)
IGPM ³ (%)	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.621.168	3,54	4,43	5,31
			92.789	116.118	139.184

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	30 de setembro 2014	Consolidado
		31 de dezembro 2013
Total dos Empréstimos	616.785	378.639
Debêntures	311.954	303.033
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(654.837)	(664.506)
Dívida Líquida	273.902	17.166
Total do Patrimônio Líquido	2.160.446	2.137.462
Total do Capital	2.434.348	2.154.628
Índice de Alavancagem Financeira (%)	11,25%	0,80%

² Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT X14 com vencimento em 03/11/2014 – (fechamento 17/07/2014)

³ IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2014. A companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

		Consolidado
Descrição	Nível 3	Saldo total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	121.226	121.226
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.755.441	2.755.442
Outros	217	217
Total do Ativo	2.876.884	2.876.885

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

		Consolidado
Descrição	Nível 3	Saldo total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	121.226	121.226
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.682.713	2.682.713
Outros	217	217
Total do Ativo	2.804.156	2.804.156

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 11).

Notas Explicativas



5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2014.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	654.837	-	-	654.837
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.755.441	-	2.755.441
Contas a Receber de Clientes	-	1.438.223	-	-	1.438.223
Conta-ACR (NE 10)	-	74.329	-	-	74.329
CCEAR-D (NE 10)	-	166.215	-	-	166.215
Outros	-	-	217	-	217
	121.226	2.333.604	2.755.658	-	5.210.488
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	602.291	602.291
Empréstimos	-	-	-	616.785	616.785
Debêntures	-	-	-	311.954	311.954
	-	-	-	1.531.030	1.531.030

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	664.506	-	-	664.506
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.682.713	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	-	1.286.145	-	-	1.286.145
Outros	-	-	217	-	217
	121.226	1.950.651	2.682.930	-	4.754.807
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	557.854	557.854
Empréstimos	-	-	-	378.639	378.639
Debêntures	-	-	-	303.033	303.033
	-	-	-	1.239.526	1.239.526

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	760.125	634.820
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	133.684	117.217
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	544.414	534.108
	1.438.223	1.286.145

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Recursos em Banco e em Caixa	1.461	2.741	91.812	49.017
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	22.723	27.265	563.025	615.489
	24.184	30.006	654.837	664.506

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ⁴	121.226	121.226	121.226	121.226
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	121.443	121.443	121.443	121.443

⁴ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas**8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan**

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2013, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$121.226.

Em 2014, a Companhia avaliou potenciais indicadores de *impairment* para investimentos na Casan, não os tendo identificado. Desta forma, em 30 de setembro de 2014 o investimento está avaliado pelo mesmo valor de 31 de dezembro de 2013, o qual foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto de 16,06%.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia irá preparar nova avaliação completa deste investimento.

Notas Explicativas



9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Consumidores					
Residencial	204.636	63.077	49.876	317.589	280.227
Industrial	215.322	32.359	358.288	605.969	567.787
Comércio, Serviços e Outros	134.409	21.186	63.611	219.206	209.063
Rural	31.200	4.534	6.745	42.479	40.703
Poder Público	20.436	1.658	32.824	54.918	58.144
Iluminação Pública	17.509	447	15.893	33.849	30.209
Serviço Público	13.114	67	1.041	14.222	12.126
	636.626	123.328	528.278	1.288.232	1.198.259
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	22.545	5.739	3.438	31.722	38.576
Transações no âmbito da CCEE	103.619	-	-	103.619	37.593
Outros Créditos	(2.665)	4.617	12.698	14.650	11.717
	123.499	10.356	16.136	149.991	87.886
	760.125	133.684	544.414	1.438.223	1.286.145
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(491.504)	(490.770)
				946.719	795.375
Circulante				940.070	788.205
Não Circulante				6.649	7.170

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Consumidores		
Residencial	49.867	53.791
Industrial	187.795	184.940
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	60.510	58.931
Rural	4.612	5.229
Poder Público	32.193	31.842
Iluminação Pública	14.843	14.397
Serviço Público	973	929
Concessionárias e Permissionárias	1.109	1.109
Outros	3.474	3.474
	491.504	490.770
Circulante	355.376	354.642
Não Circulante	136.128	136.128

Notas Explicativas**b.1) Movimentação**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	490.770
Provisão Constituída no Período	7.320
Baixas de Contas a Receber	(6.586)
Saldo em 30 de setembro de 2014	491.504

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

Notas Explicativas



10. Outros Ativos Circulantes

	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Outros Créditos a Receber		
Dividendos	9.992	2.771
Conta Amb. Contr. Regulada (conta – ACR) Decreto nº 8.221/14	74.329	-
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	166.215	31.801
Pessoal a disposição	11.665	2.020
Adiantamento Proinfa	11.359	11.359
Adiantamentos Diversos	1.990	2.038
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	21.322	17.745
Compartilhamento de Infraestrutura	9.433	13.749
Programa Baixa Renda	5.248	3.724
Outras contas	22.167	25.237
	333.720	110.444

11. Ativo Indenizatório – Concessão

	Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Em Serviço	2.621.168	2.367.854
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.621.168	2.367.854
Em Curso	134.273	314.859
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	134.273	314.859
Total	2.755.441	2.682.713
Circulante	2.755.441	-
Não Circulante	-	2.682.713

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Em 31 de dezembro de 2013	2.682.713
(+) Novas Aplicações	164.565
(-) Resgate	(24.273)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
(+) Ajuste VNR	10.422
Em 30 de setembro de 2014	2.755.441

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

(i) A Companhia reconheceu no período de nove meses, findo em setembro de 2014, o montante de R\$10.423, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

12. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
ICMS ⁵	-	-	38.197	45.223
PIS e COFINS ⁶	-	-	397	384
IRPJ e CSLL ⁷	2.203	6.875	27.517	61.144
Outros	101	101	2.868	2.624
Total	2.304	6.976	68.979	109.375
Circulante	2.304	6.976	40.042	98.957
Não Circulante	-	-	28.937	10.418

13. Transações com Partes Relacionadas**a) Transações e Saldos**

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	10.929
	15.191
Em 30 de setembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262
Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	1.703
	1.703
Em 30 de setembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	368
	368

⁵ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁶ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁷ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado			
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2013				
Governo do Estado de SC				
ICMS	82.559	45.223	-	-
Contas a Receber	-	-	5.806	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	10.929
Celos	-	-	-	-
	82.559	45.223	5.806	15.191
				14.263
Em 30 de setembro de 2014				
Governo do Estado de SC				
ICMS	101.111	38.110	-	-
Contas a Receber	-	-	5.222	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262
Celos	-	-	-	-
	101.111	38.110	5.222	4.262
				9.898

Descrição	Consolidado		
	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2013			
Governo do Estado de SC			
ICMS	849.517	-	-
Receita de Vendas	-	30.322	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	1.936
	849.517	30.322	1.936
Em 30 de setembro de 2014			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.006.905	-	-
Receita de Vendas	-	36.621	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	368
	1.006.905	36.621	368

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

Notas Explicativas



(ii) SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês.

Em 30 de junho de 2014, em cumprimento ao 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida, a dívida foi quitada.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Administradores				
Honorários	3.453	4.750	3.453	4.751
Encargos Sociais	1.062	1.414	1.062	1.420
Outros	93	213	93	216
	4.608	6.377	4.608	6.387

14. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Controladas				
Celesc D	1.489.127	1.538.756	-	-
Celesc G	346.209	275.639	-	-
	1.835.336	1.814.395	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	87.169	82.179	87.169	82.179
ECTE	40.745	36.666	40.745	36.666
	127.914	118.845	127.914	118.845
Coligadas				
DFESA	24.800	30.958	24.800	30.958
SPEs ⁸	-	-	37.362	31.668
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	24.800	30.958	62.162	62.626
	1.988.050	1.964.198	190.076	181.471

⁸ Sociedade de Propósito Específico.

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2013						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.538.756	4.960.358	149.258
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	275.639	325.152	17.228
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
Em 30 de setembro de 2014						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.489.127	5.113.767	(48.566)
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	346.209	404.469	70.570
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	131.925	382.994	40.366
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	257.987	420.599	41.471
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	107.684	316.366	30.892
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)

	Consolidado					
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Votante	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2013						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	60.667	76.473	(211)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.500	5.500	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.030	6.442	(49)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25,00%	25,00%	29.435	61.921	955
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.531	-
Em 30 de setembro de 2014						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	131.925	382.994	40.366
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	257.987	420.599	41.471
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	107.684	316.366	30.892
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	61.181	61.986	(2.969)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.499	5.499	(17)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.021	6.434	(48)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25,00%	25,00%	30.725	48.968	1.305
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	15.592	15.947	-

Notas Explicativas



b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora				
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA
Em 31 de dezembro de 2013	1.538.756	275.639	36.666	82.179	30.958
Integralizações	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	(1.063)	-	(8.388)	(959)	(13.357)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.101)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(48.566)	70.570	12.467	7.050	7.114
Reversão de Dividendos	-	-	-	-	85
Em 30 de setembro 2014	1.489.127	346.209	40.745	87.169	24.800

Descrição	Consolidado			
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs
Em 31 de dezembro de 2013	36.666	82.179	30.958	31.668
Integralizações	-	-	-	5.241
Dividendos e JCP Creditados	(8.388)	(959)	(13.357)	-
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.101)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.467	7.050	7.114	(659)
Reversão de Dividendos	-	-	85	-
Outros Ajustes	-	-	-	1.112
Em 30 de setembro 2014	40.745	87.169	24.800	37.362

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

15. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado					
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento
Em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	158.266
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.386)	(78)	-
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.420)	(833)	-
Em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266
Adições	-	-	-	-	56	1.827
Depreciação	-	(28.942)	(1.097)	(7.205)	(95)	-
Realização Provisão para Perdas (i)	-	16.652	611	3.830	37	-
Em 30 de setembro de 2014	7.072	30.851	1.409	7.162	216	160.093
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.185	160.093
Provisão para Perdas (i)	(12.964)	(67.349)	(1.854)	(15.556)	(41)	-
Depreciação Acumulada	-	(86.824)	(9.749)	(42.625)	(928)	-
Em 30 de setembro de 2014	7.072	30.851	1.409	7.162	216	160.093
	0%	33%	13%	19%	19%	0%

Notas Explicativas



(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$97.764 em 30 de setembro de 2014 é resultado da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na nota explicativa 1.1.

16. Intangível

			Controladora	
Descrição	31 de dezembro 2013	Amortizações	30 de setembro 2014	
Ágio Aquisição ECTE	8.463	(377)	8.086	

Consolidado						
Descrição	Contratos de Concessão (a)	Software Adquiridos		Uso do Bem Público (b)	Itens em Andamento	Total
	Celesc D		Ágio	Celesc G		
Em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	-	250.920
Custo Total	960.353	4.802	14.248	5.007	-	984.410
Amortização Acumulada	(727.161)	(544)	(5.785)	-	-	(733.490)
Em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	-	250.920
Adições	17.099	-	-	262	1.085	48.446
Baixas	(1.803)	-	-	-	-	(1.803)
Amortizações	(123.593)	(408)	(377)	(1.207)	-	(125.585)
Transferências	-	(2.082)	-	-	2.082	-
Em 30 de setembro de 2014	124.895	1.768	8.086	4.062	3.167	141.978
Custo Total	975.649	2.720	14.248	5.269	3.167	1.001.053
Amortização Acumulada	(850.754)	(952)	(6.162)	(1.207)	-	(859.075)
Em 30 de setembro de 2014	124.895	1.768	8.086	4.062	3.167	141.978
Taxa Média de Amortização %	8%	20%	2%	31%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma

Notas Explicativas

revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$141,6. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração, de 6,73%.

PCH	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	24,0	07/07/2015
Ivo Silveira	6,4	07/07/2015
Cedros	22,8	07/11/2016
Salto	17,7	07/11/2016
Bracinho	27,0	07/11/2016
Pery	55,7	09/07/2017
Celso Ramos	12,8	23/11/2021

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

17. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	125.546	121.251	-	-	125.546	121.251
Provisão para Perdas em Ativos	81.019	88.480	-	-	81.019	88.480
Benefício Pós-Emprego	157.322	190.595	-	-	157.322	190.595
Custo Atribuído	-	-	41.711	54.057	(41.711)	(54.057)
IRPJ e CSLL s/ Prej. Fiscal	21.881	24.284	-	-	21.881	24.284
RTE	74.839	74.839	-	-	74.839	74.839
Efeitos ICPC 01	-	-	70.023	67.511	(70.023)	(67.511)
Efeitos CPC 38	-	-	77.775	74.231	(77.775)	(74.231)
Outras Provisões	-	-	336	766	(336)	(766)
	460.607	499.449	189.845	196.565	270.762	302.884

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro
	2014	2013
Ativo	278.367	316.517
Passivo	(7.605)	(13.633)
Tributo Diferido Líquido	270.762	302.884

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro
	2014	2013	2014	2013
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e a CSLL	29.354	149.553	107.323	219.761
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(9.980)	(50.848)	(36.490)	(74.719)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	16.536	58.576	8.830	5.907
Benefício Fiscal	-	-	256	(951)
Incentivo Fiscal	-	-	(11)	(65)
Provisões Indedutíveis	(432)	-	(1.312)	6.782
Multas Indedutíveis	-	-	3.065	(7.297)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal não Constituído	(5.934)	-	(5.934)	65.165
Participação dos Administradores	(192)	(233)	(192)	(253)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	-	(63.511)
Ultrapassagem da demanda	-	-	(44.432)	-
Outras Adições e Exclusões	2	(7.495)	(1.749)	(1.266)
	-	-	(77.969)	(70.208)
Corrente	-	-	(45.847)	(40.334)
Diferido	-	-	(32.122)	(29.874)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	-72,65%	-31,95%

18. Fornecedores

	Consolidado	
Descrição	30 de setembro	31 de dezembro
	2014	2013
Energia Elétrica	520.348	327.809
Encargos de Uso da Rede Elétrica	37.669	28.485
Materiais e Serviços	44.274	78.985
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	122.575
	602.291	557.854

19. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

		Consolidado	
Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	30 de setembro	31 de dezembro
		2014	2013
Empréstimos Bancários (a)	116 a 121,5 CDI	394.139	-
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	39.793	163.397
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	147.779	177.591
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	35.074	37.651
Total		616.785	378.639
Circulante		305.848	199.686
Não Circulante		310.937	178.953

Notas Explicativas**a) Empréstimos Bancários**

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89,0 mil a taxa de 7,55% a.a. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 11 de março de 2014, nova autorização do Conselho de Administração para captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90,0 mil junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300,0 mil junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

b) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50,0 mil, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Notas Explicativas

**19.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Ano 2015 - 1T-3T	-	48.358
Ano 2015 - 4T	77.957	12.944
Ano 2016	153.168	38.119
Ano 2017	30.812	30.763
Ano 2018	20.771	20.721
Ano 2019	14.504	14.455
Ano 2020+	13.725	13.593
	310.937	178.953

19.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2013	199.686	178.953	378.639
Ingressos	88.230	390.403	478.633
Encargos Provisionados	35.139	-	35.139
Transferências	258.419	(258.419)	-
Amortizações de Principal	(243.757)	-	(243.757)
Pagamentos de Encargos	(31.869)	-	(31.869)
Em 30 de setembro de 2014	305.848	310.937	616.785

20. Debêntures

A emissão de R\$30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de

Notas Explicativas



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1,30%.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2013	303.033
Atualização Monetária	24.990
Pagamentos	(16.343)
Custos na Emissão de Debêntures	274
Em 30 de setembro de 2014	311.954
Circulante	13.278
Não Circulante	298.676

21. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
ICMS	-	-	101.110	82.667
PIS e COFINS	-	4.492	20.772	28.652
REFIS (i)	-	104	-	104
IRPJ e CSLL	-	-	46.172	47.633
INSS Parcelamento	-	-	1.990	2.487
Outros	61	88	6.442	5.943
	61	4.684	177.737	167.486
Circulante	61	4.684	177.737	167.486

(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos leais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;

Notas Explicativas



- d) não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- f) parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento.

Em janeiro de 2014, a Companhia quitou o referido parcelamento e está no aguardo da homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB.

22. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Programa de Eficiência Energética – PEE	160.060	147.795
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	64.205	60.432
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	66.392	67.381
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.854	4.838
Reserva Global de Reversão – RGR	73	278
Uso do Bem Público	4.072	5.007
Outros	1.174	1.049
	304.830	286.780
Circulante	60.491	174.621
Não Circulante	244.339	112.159

23. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	330	-	-	-
Cíveis	4.155	-	-	-
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
(-) Depósitos a Classificar	-	-	-	-
	13.266	8.781	7.890	7.890

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2014	2013	2014	2013
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	29.393	29.522
Trabalhistas	53.399	51.334	67.464	75.612
Cíveis	44.551	42.240	375.547	349.137
Regulatórias	46.405	46.405	46.078	51.534
(-) Depósitos a Classificar	(10.474)	-	-	-
	137.663	143.761	518.482	505.805

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2013	8.781	7.890	143.761	505.805
Adições	4.485	-	23.470	45.981
Baixas	-	-	(29.568)	(33.304)
Em 30 de setembro de 2014	13.266	7.890	137.663	518.482

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

A principal ação refere-se as provisões trabalhistas movidas pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

Notas Explicativas**c) Contingências Cíveis**

Decorre principalmente da ação impetrada pelo Ministério Público Federal acerca da Reposição Tarifária Extraordinária – RTE de 2003, homologada pela ANEEL no valor de R\$220.115 mil, bem como de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Ainda em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177 mil, em complemento ao valor de R\$1.314 mil.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Descrição		
Tributárias (i)	2.151	2.055
Trabalhistas (ii)	1.071	681
Cíveis (iii)	24.808	24.079
Regulatórias (iv)	15.019	15.172
	43.049	41.987

Notas Explicativas**i) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas a autuações da ANEEL.

24. Passivo Atuarial

	Consolidado	
	30 de	31 de
Obrigações Registradas	setembro	dezembro
	2014	2013
Planos Previdenciários	590.658	598.387
Plano Misto/Transitório (a)	590.658	598.387
Outros Benefícios a Empregados	370.875	461.102
Plano Celos Saúde (b)	164.001	196.867
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	1.871	10.803
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	173.748	223.750
Outros Benefícios (e)	31.255	29.682
Total	961.533	1.059.489
Circulante	166.811	172.275
Não Circulante	794.722	887.214

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

Notas Explicativas**a) Planos Previdenciários**

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 30 de setembro de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 1.031 beneficiários.

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Notas Explicativas



Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de setembro de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 205 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

24.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2012	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
Em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2012	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições da Patrocinadora Vertida no Ano	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	196	910
Juros sobre Ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho/Perda sobre Ativos	(47.814)	(42.258)	8.417	-	-	(1.684)	75
Em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo/Ativo Atuarial Líquido							
Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2012	(487.266)	(521.169)	(124.293)	(34.882)	(288.814)	2.078	(33.044)
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor justo dos ativos	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Superávit /Déficit	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)
Passivo/Ativo Atuarial Líquido							
Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2013	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2014 e 30 de Setembro de 2013

Descrição	30 de setembro 2014	30 de Setembro 2013
Plano Transitório	25.178	27.542
Plano Misto	17.318	26.824
Plano Pecúlio	2.443	1.306
PDVI 2002	451	1.078
PDVI 2012	15.218	10.489
Plano Médico	(4.462)	6.891
	56.146	74.130

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2013
Taxa de Desconto	11,18%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	11,18%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,67%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,67%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,50%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,50%

Notas Explicativas



f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2013
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligth Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2014

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2014 ⁹
Plano Transitório	33.571
Plano Misto	23.091
Plano Pecúlio	61
PDVI 2002	601
PDV 2012	20.290
Plano Médico	(5.950)
Outros Benefícios	3.196
	74.860

25. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	1.675.700	7,27	1.933.300	5,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	993.152	6,39	8.550.859	37,11	9.544.011	24,76
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

⁹ As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Notas Explicativas

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$166.346 em 30 de setembro de 2014 e R\$190.313 em 31 de dezembro de 2013, no Patrimônio Líquido:

	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
<i>Deemed Cost – Celesc G</i>	80.968	104.935
<i>Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)</i>	85.378	85.378
	166.346	190.313

c) Lucro/Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2014 e de 2013 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Consolidado	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Média ponderada de ações (em milhares):		
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	0,7181	3,6587
Ações preferenciais nominativas - PN	0,7899	4,0246
Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	11.150	56.809
Ações preferenciais nominativas - PN	18.204	92.744
	29.354	149.553

Notas Explicativas



26. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2014	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2014 à 31.12.2015	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2014 à 31.12.2014	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2013 à 13.05.2015	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768

27. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

Descrição	30 de setembro de 2014				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	3.961.387	130.572	(1.416)	4.090.543
Custo das Vendas	-	(3.603.789)	(25.702)	1.416	(3.628.075)
Resultado Operacional Bruto	-	357.598	104.870	-	462.468
Despesas com Vendas	-	(111.162)	(502)	-	(111.664)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.703)	(206.782)	(4.674)	-	(232.159)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	17	(47.348)	(979)	-	(48.310)
Resultado de Equivalência Patrimonial	48.635	-	(659)	(22.004)	25.972
Resultado das Atividades	27.949	(7.694)	98.056	(22.004)	96.307
Receitas Financeiras	2.975	151.185	9.384	-	163.537
Despesas Financeiras	(1.570)	(148.524)	(2.434)	-	(152.529)
Resultado Financeiro, líquido	1.405	2.661	6.950	-	11.016
Lucro antes IRPJ e CSLL	29.354	(5.033)	105.006	(22.004)	107.323
IRPJ e CSLL	-	(43.533)	(34.436)	-	(77.969)
Lucro/Prejuízo do Período	29.354	(48.566)	70.570	(22.004)	29.354
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.171.721	5.113.767	404.469		
Total dos Passivos	11.275	3.624.640	58.260		

Notas Explicativas



30 de setembro de 2013					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	3.484.090	73.310	(1.370)	3.556.030
Custo das Vendas	-	(2.836.701)	(24.287)	1.370	(2.859.618)
Resultado Operacional Bruto	-	647.389	49.023	-	696.412
Despesas com Vendas	-	(181.713)	(283)	-	(181.996)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.515)	(230.311)	(6.866)	-	(262.692)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(91.279)	(2.755)	-	(94.034)
Resultado de Equivalência Patrimonial	172.282	-	(29)	(154.909)	17.402
Resultado das Atividades	146.767	144.086	39.148	(154.909)	175.092
Receitas Financeiras	3.946	120.786	1.035	-	125.767
Despesas Financeiras	(1.160)	(79.915)	(23)	-	(81.098)
Resultado Financeiro, líquido	2.786	40.871	1.012	-	44.669
Lucro antes IRPJ e CSLL	149.553	184.957	40.160	(154.909)	219.761
IRPJ e CSLL	-	(68.540)	(1.668)	-	(70.208)
Lucro/Prejuízo do Período	149.553	116.417	38.492	(154.909)	149.553
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.938.606	5.032.449	339.934		
Total dos Passivos	11.358	3.696.523	39.114		

27.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.367.329	3.713.465
Suprimento de Energia Elétrica (a)	208.783	109.735
Disponibilização da Rede Elétrica	170.006	147.817
Arrendamento e Aluguéis	16.914	32.601
Renda de Prestação de Serviços	1.578	2.957
Energia Elétrica de Curto Prazo	411.909	491.063
Outras Receitas Operacionais	6.794	8.813
Doações e Subvenções (i)	305.028	221.089
Receita de Construção	219.342	199.306
	5.707.683	4.926.486
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.006.905)	(849.517)
PIS	(88.174)	(76.572)
COFINS	(410.747)	(352.696)
ISS	(1)	(114)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.737)	(4.256)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(71.652)	(43.544)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.610)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(18.462)	(16.138)
Programa Eficiência Energética – PEE	(18.462)	(15.369)
	(1.617.140)	(1.370.816)
Receita Operacional Líquida – ROL	4.090.543	3.556.030

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Repasse da CDE nos meses de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$293.418. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$11.610.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Residencial	2.061.805	1.989.180	4.026.796	3.677.392	1.531.456	1.256.709
Industrial	99.691	96.145	3.576.035	3.464.929	1.276.829	1.126.634
Comercial	238.407	228.623	2.760.323	2.521.671	1.049.729	891.044
Rural	232.327	230.655	980.823	902.083	225.315	186.084
Poder Público	21.217	20.610	313.707	288.243	114.833	109.808
Iluminação Pública	573	531	425.831	404.707	95.660	78.568
Serviço Público	2.674	2.568	240.341	230.821	73.507	64.618
Total do Fornecimento	2.656.694	2.568.312	12.323.856	11.489.846	4.367.329	3.713.465
Suprimento de Energia	86	59	1.163.972	1.060.267	208.783	109.735
Total	2.656.780	2.568.371	13.487.828	12.550.113	4.576.112	3.823.200

(i) Informações não revisadas

27.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de setembro de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.011.458	-	-	-	3.011.458
Pessoal (b)	202.186	78.662	27.682	12.575	321.105
Administradores	-	4.608	-	-	4.608
Despesa Atuarial	-	56.146	-	-	56.146
Entidade de Previdência Privada (b)	10.689	3.294	1.377	-	15.360
Material	11.462	4.121	3	-	15.586
Custo de Construção	219.342	-	-	-	219.342
Custos e Serviços de Terceiros	48.960	48.489	60.841	301	158.591
Depreciação e Amortização	137.763	24.700	-	-	162.463
Provisões Líquidas	(21.130)	-	733	12.677	(7.720)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	4.806	4.806
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	781	781
Outros Custos e Despesas	7.345	12.139	21.028	17.170	57.682
	3.628.075	232.159	111.664	48.310	4.020.208

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

30 de setembro de 2013

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.265.830	-	-	-	2.265.830
Pessoal (b)	210.199	79.164	26.875	11.688	327.926
Administradores	-	6.387	-	-	6.387
Despesa Atuarial	-	74.130	-	-	74.130
Entidade de Previdência Privada (b)	11.473	3.394	1.389	-	16.256
Material	8.726	4.021	2	-	12.749
Custo de Construção	199.306	-	-	-	199.306
Custos e Serviços de Terceiros	47.507	58.056	52.218	476	158.257
Depreciação e Amortização	130.532	24.114	-	-	154.646
Provisões Líquidas	(21.126)	-	13.701	61.580	54.155
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.567	7.567
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	776	776
Outros Custos e Despesas	7.171	13.426	87.811	11.947	120.355
	2.859.618	262.692	181.996	94.034	3.398.340

Notas Explicativas



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de setembro 2014	GWh (i)	30 de setembro 2013	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	370.884	3.084	368.487	3.307
Tractebel Energia S.A.	302.958	2.033	294.889	1.046
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	176.420	207	130.483	207
Petrobras S.A. – Ute Governador Leon	169.638	995	-	-
Termoelétricas Petrobras S.A.	-	-	180.332	726
Serra do Facão Energia S.A.	11.760	70	11.055	55
Energética Camacari Muricy S.A.	99.869	180	97.624	180
Furnas Centrais Elétricas S.A.	158.647	1.183	142.459	1.143
Arembepe Energia S.A.	110.620	180	95.678	180
Cemig Geração e Transmissão S.A.	117.863	720	112.304	731
Companhia Energética Potiguar	69.809	100	65.139	100
Companhia Energética de São Paulo S.A.	91.534	698	85.664	641
Copel Geração e Transmissão S.A.	89.247	682	84.255	676
Energética Suape II S.A.	89.118	152	47.234	152
Eletrobras Termonuclear S.A.	82.597	539	61.191	435
Enguia Gen Ba Ltda	29.873	102	32.205	39
Porto do Pecem Geração de Energia	46.880	353	48.177	353
Usina Xavantes S.A.	49.209	28	20.556	28
Lages Bioenergética Ltda	31.962	144	30.936	144
Foz do Chapecó Energia S.A.	25.019	148	23.663	147
Brentech Energia S.A.	22.281	37	16.437	37
Companhia Energética Estreito	23.808	146	23.154	150
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	10.998	25	14.404	25
Candeias Energia S.A.	13.841	24	10.808	24
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	32.965	181	34.779	181
Geradora de Energia do Norte S.A.	12.649	27	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	22.111	285	18.615	287
Centrais Elétricas da Paraíba S/A	13.807	28	-	-
Santo Antônio Energia S.A	53.373	488	17.370	120
Companhia Energética de Petrolina – CEP	100.414	150	107.564	150
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	(344.039)	-	-	-
Outros	156.417	1.192	152.456	2.744
	2.242.532	14.181	2.327.918	14.008
Encargo de Uso da Rede Elétrica	239.246	-	347.699	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	437.132	790	221.151	-
Proinfa	92.548	192	84.970	-
Recuperação de Despesas	-	-	(71.908)	-
	768.926	982	(62.088)	-
	3.011.458	15.163	2.265.830	14.008

(i) Informações não revisadas

(i) Lei Federal nº 12.783/13, Decretos nº 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14 – Aporte CDE/CCEE

Conforme descrito na nota 1.1. item “e” às ITRs de 30 de setembro de 2014, a Lei nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas



O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$993.266 no período de nove meses findo em 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia de Curto Prazo em contrapartida a outros créditos na rubrica Outros Créditos a Receber – Conta ACR e Subsídio Decreto 7.891/2013, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais.

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Pessoal				
Remunerações	12.992	12.359	175.612	183.875
Encargos Sociais	59	-	63.247	66.112
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	9.491	8.948
Benefícios Assistenciais	-	-	20.336	17.878
Provisões e Indenizações	99	153	52.198	51.056
Outros	180	57	221	57
Entidade de Previdência Privada	-	-	15.360	16.256
	13.330	12.569	336.465	344.182

27.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	2.468	1.412	36.101	16.248
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	38.237	36.852
Variações Monetárias	-	-	4.239	3.605
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	11.700	13.050
Deságio Fornecedor	-	-	-	37
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	5.521	3.950
Renda de dividendos	5	598	5	598
Receita Financeira de VNR	-	-	61.138	43.668
Outras Receitas Financeiras	502	1.936	6.603	7.759
	2.975	3.946	163.544	125.767
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(35.368)	(23.090)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(6.227)	(12.991)
Variações Monetárias	-	-	(3.712)	(1.865)
Amortização do Ágio	(1.478)	(1.146)	(1.478)	(1.146)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(16.193)	(12.527)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(50.716)	(6.276)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(24.990)	(10.434)
Outras Despesas Financeiras	(92)	(14)	(13.844)	(12.769)
	(1.570)	(1.160)	(152.528)	(81.098)
Resultado Financeiro	1.405	2.786	11.016	44.669

Notas Explicativas



28. Informações Complementares da Celesc D

28.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Circulante	4.538.020	1.572.563
Caixa e Equivalentes de Caixa	504.179	583.995
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.755.441	-
Contas a Receber de Clientes	911.455	776.223
Estoques	9.313	11.948
Tributos a Recuperar	31.477	91.680
Conta Amb.Contr.Regulada	74.329	-
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	166.215	31.801
Outros Créditos	85.611	76.916
Não Circulante	575.747	3.387.795
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	6.649	7.170
Tributos Diferidos	278.367	316.517
Tributos a Recuperar	28.809	10.335
Depósitos Judiciais	134.782	134.908
Outros Créditos	2.245	2.960
Intangível	124.895	233.192
Total do Ativo	5.113.767	4.960.358

Passivo	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Circulante	1.467.829	1.450.872
Fornecedores	601.041	555.279
Empréstimos e Financiamentos	305.848	199.686
Debêntures	13.278	4.631
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	128.959	108.575
Tributos e Contribuições Sociais	136.258	142.617
Dividendos Propostos	-	35.449
Taxas Regulamentares	58.535	172.565
Previdência Privada	9.828	14.263
Passivo Atuarial	166.791	172.275
Outros Passivos	47.291	45.532
Não Circulante	2.156.811	1.970.730
Empréstimos e Financiamentos	310.937	178.953
Debêntures	298.676	298.402
Taxas Regulamentares	241.957	108.716
Passivo Atuarial	794.722	887.214
Provisão para Contingências	508.044	494.970
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.489.127	1.538.756
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85.378	85.378
Reservas de Lucro	398.725	399.788
Lucro/Prejuízo Acumulado	(48.566)	-
Total do Passivo	5.113.767	4.960.358

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

28.2. Demonstração do Resultado – DR

Descrição	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receita Operacional Líquida – ROL	3.961.387	3.484.090
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.742.045	3.284.784
Receita de Construção	219.342	199.306
Custos Operacionais	(3.603.789)	(2.836.701)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.384.447)	(2.637.395)
Custo de Construção	(219.342)	(199.306)
Resultado Operacional Bruto	357.598	647.389
Despesas Operacionais	(365.292)	(503.303)
Despesas com Vendas	(111.162)	(181.713)
Despesas Gerais e Administrativas	(206.782)	(230.311)
Outras Despesas Operacionais	(47.348)	(91.279)
Resultado das Atividades	(7.694)	144.086
Resultado Financeiro	2.661	40.871
Receitas Financeiras	151.178	120.786
Despesas Financeiras	(148.524)	(79.915)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(5.033)	184.957
IRPJ e CSLL	(43.533)	(68.540)
Diferido	(5.382)	(35.029)
Corrente	(38.151)	(33.511)
Lucro/Prejuízo do Período	(48.566)	116.417

28.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.332.710	3.677.351
Suprimento de Energia Elétrica (a)	102.585	79.927
Disponibilização da Rede Elétrica	171.422	149.187
Energia de Curto Prazo	411.909	469.514
Outras Receitas Operacionais	330.314	265.460
Receita de Construção	219.342	199.306
	5.568.282	4.840.745
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.006.905)	(842.999)
PIS	(87.657)	(75.344)
COFINS	(403.756)	(347.039)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(71.652)	(43.544)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.610)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.462)	(16.138)
Programa Eficiência Energética – PEE	(18.462)	(15.369)
Outros Encargos	(1)	(114)
	(1.606.895)	(1.356.655)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.916.387	3.484.090

Notas Explicativas

**a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Residencial	2.061.805	1.989.180	4.026.796	3.677.392	1.531.456	1.256.709
Industrial	99.680	96.138	3.415.046	3.319.421	1.252.212	1.098.703
Comercial	238.406	228.622	2.693.558	2.480.426	1.039.727	882.861
Rural	232.327	230.655	980.823	902.083	225.315	186.084
Poder Público	21.217	20.610	313.707	288.243	114.833	109.808
Iluminação Pública	573	531	425.831	404.707	95.660	78.568
Serviço Público	2.674	2.568	240.341	230.821	73.507	64.618
Total do Fornecimento	2.656.682	2.568.304	12.096.102	11.303.093	4.332.710	3.677.351
Suprimento de Energia	46	52	950.311	962.392	102.585	79.927
Total	2.656.728	2.568.356	13.046.413	12.265.485	4.435.295	3.757.278

(i) Informações não revisadas

28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

30 de setembro de 2014					
Descrição	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas / Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.011.180	-	-	-	3.011.180
Pessoal	197.215	61.983	27.514	12.575	299.287
Despesa Atuarial	-	56.146	-	-	56.146
Entidade de Previdência Privada	10.689	3.294	1.377	-	15.360
Material	11.304	4.108	3	-	15.415
Custo de Construção	219.342	-	-	-	219.342
Custo e Serviços de Terceiros	47.290	45.919	60.551	301	154.061
Depreciação e Amortização	99.422	24.171	-	-	123.593
Provisões Líquidas	-	-	733	13.074	13.807
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	4.331	4.331
Outros Custos de Despesas	7.347	11.161	20.984	17.067	56.559
	3.603.789	206.782	111.162	47.348	3.969.081

30 de setembro de 2013					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.264.227	-	-	-	2.264.227
Pessoal	206.253	61.991	26.592	11.688	306.524
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	74.130	-	-	74.130
Entidade Previdência Privada	11.473	3.394	1.389	-	16.256
Material	8.664	3.994	2	-	12.660
Custo de Construção	199.306	-	-	-	199.306
Custos e Serviços de Terceiros	46.208	51.059	52.218	476	149.961
Depreciação e Amortização	93.403	23.559	-	-	116.962
Provisões Líquidas	-	-	13.701	60.401	74.102
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.389	7.389
Outros Custos e Despesas	7.167	12.174	87.811	11.325	118.477
	2.836.701	230.311	181.713	91.279	3.340.004

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

29. Informações Complementares da Celesc G**29.1. Balanço Patrimonial**

Ativo	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Circulante	151.147	62.996
Caixa e Equivalentes de Caixa	126.474	50.505
Contas a Receber de Clientes	18.311	12.180
Estoques	10	10
Tributos a Recuperar	6.261	301
Outras contas a receber	91	
Não Circulante	253.322	262.156
Tributos a Recuperar	128	83
Tributos Diferidos	-	-
Depósitos Judiciais	89	72
Investimentos	37.362	31.668
Imobilizado	206.746	221.068
Intangível	8.997	9.265
Total do Ativo	404.469	325.152

Passivo	30 de setembro 2014	31 de dezembro 2013
Circulante	45.725	29.492
Fornecedores	2.329	2.503
Tributos e Contribuições Sociais	41.418	20.185
Taxas Regulamentares	1.956	2.056
Outros Passivos	22	27
Dividendos Propostos	-	4.721
Não Circulante	12.535	20.021
Tributos Diferidos	7.605	13.633
Provisão para Contingências	2.548	2.945
Taxas Regulamentares	2.382	3.443
Patrimônio Líquido	346.209	275.639
Capital Social Realizado	128.000	128.000
Reservas de Lucro	42.704	42.704
Ajuste de Avaliação Patrimonial	80.968	104.935
Lucro/Prejuízo Acumulado	94.537	-
Total do Passivo	404.469	325.152

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

29.2. Demonstração do Resultado – DR

Descrição	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receita Operacional Líquida – ROL	130.572	73.310
Receita	130.572	73.310
Custos Operacionais	(25.702)	(24.287)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(25.702)	(24.287)
Resultado Operacional Bruto	104.870	49.023
Despesas Operacionais	(6.814)	(9.875)
Despesas com Vendas	(502)	(283)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.674)	(6.866)
Outras Despesas Operacionais	(979)	(2.755)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(659)	29
Resultado das Atividades	98.056	39.148
Resultado Financeiro	6.950	1.012
Receitas Financeiras	9.384	1.035
Despesas Financeiras	(2.434)	(23)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	105.006	40.160
IRPJ e CSLL	(34.436)	(1.668)
Corrente	(40.465)	(6.823)
Diferido	6.029	5.155
Lucro/Prejuízo do Período	70.570	38.492

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2014	30 de setembro 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	24.617	27.931
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	10.002	8.183
Suprimento de Energia Elétrica (a)	20.432	29.808
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	85.766	21.549
	140.817	87.471
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	(6.518)
PIS	(1.517)	(1.228)
COFINS	(6.991)	(5.657)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.737)	(758)
	(10.245)	(14.161)
Receita Operacional Líquida – ROL	130.572	73.310

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	11	7	160.989	145.508	24.617	27.931
Comercial, Serviços e Outros	1	1	66.765	41.245	10.002	8.183
Suprimento de Energia	40	7	83.107	97.875	20.432	29.808
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	130.554	49.568	85.766	21.549
Total	52	15	441.415	334.196	140.817	87.471

(i) Informações não revisadas.

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.694	-	-	-	1.694
Pessoal	4.971	3.349	168	-	8.488
Material	158	13	-	-	171
Custos e Serviços de Terceiros	1.670	575	290	-	2.535
Depreciação e Amortização	38.341	525	-	-	38.866
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	781	781
Provisões Líquidas	(21.130)	-	-	(397)	(21.527)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	475	475
Outros Custos e Despesas	(2)	212	44	120	374
	25.702	4.674	502	979	31.857

Descrição	30 de setembro de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.973	-	-	-	2.973
Pessoal	3.946	4.604	283	-	8.833
Material	62	27	-	-	89
Custos e Serviços de Terceiros	1.299	1.011	-	-	2.310
Depreciação e Amortização	37.129	555	-	-	37.684
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	776	776
Provisões Líquidas	(21.126)	-	-	1.179	(19.947)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	178	178
Outros Custos e Despesas	4	669	-	622	1.295
	24.287	6.866	283	2.755	34.191

30. Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição

Notas Explicativas

para o para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Administração, concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada não teria impactos relevantes em suas Demonstrações Financeiras, decidindo pela adoção antecipada, da referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção, na Celesc.

A Administração, no entanto, não efetuará a adoção antecipada para a Celesc D e Celesc G.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. Ativos e Passivos Regulatórios**

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

						Consolidado
Descrição	31 de dezembro 2013	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	30 de setembro 2014
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	7.368	-	-	261	(7.629)	-
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	21.638	-	1.437	(2.172)	20.903
Energia Comprada p/ Revenda	187.143	485.565	(170.746)	60.193	(76.637)	485.518
Energia Comprada p/ Revenda - LP	95.475	789.064	(811.273)	-	-	73.266
Uso da Rede Básica	2.489	18.941	-	2.380	(1.345)	22.465
Transporte de Energia de Itaipu	951	251	-	66	(958)	310
CVA Anos Anteriores	-	2.715	-	46	(452)	2.309
Proinfa	9.126	6.882	(563)	635	(8.805)	7.275
Total no Ativo	302.552	1.325.056	(982.582)	65.018	(97.998)	612.046
Ativo Circulante	207.077	421.902	(169.221)	50.606	(97.998)	538.780
Ativo Não Circulante	95.475	769.191	(811.273)	-	-	73.266
PASSIVO						
Conta de Desenv. Energético - CDE	(2.318)	-	-	(82)	2.400	-
Energia Comprada p/ Revenda - LP	-	(18.395)	18.395	-	-	-
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(64.023)	(234.450)	121.170	(12.592)	30.318	(159.577)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS - LP	(27.488)	(61.472)	70.933	-	-	(18.027)
Uso da Rede Básica	(7.856)	-	-	(278)	8.134	-
Total no Passivo	(101.685)	(314.317)	210.498	(12.952)	40.852	(177.604)
Passivo Circulante	(74.197)	(234.450)	121.170	(12.952)	40.852	(159.577)
Passivo Não Circulante	(27.488)	(79.867)	89.328	-	-	(18.027)
Saldo da CVA	200.867	1.010.739	(772.084)	52.066	(57.146)	434.442

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

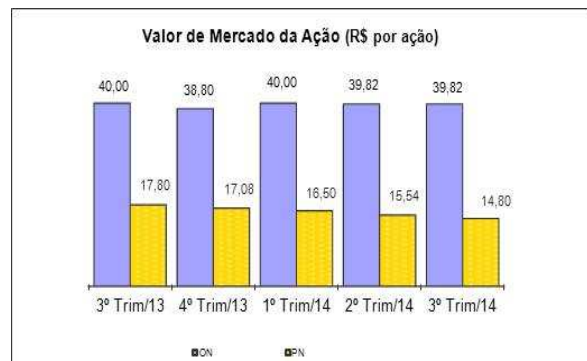
Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2013	30 de setembro 2014
CVA 2013 - Período de 08.08.2012 a 07.08.2013	5.471	-
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	195.396	262.699
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	171.743
Total da CVA	200.867	434.442

b) Outros Ativos Regulatórios

Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro 2013	Amortização	30 de setembro 2014
Outros Itens Financeiros – IRT	53.853	(53.853)	-
Total	53.853	(53.853)	-
Circulante	53.853	(53.853)	-

c) Outros Passivos Regulatórios

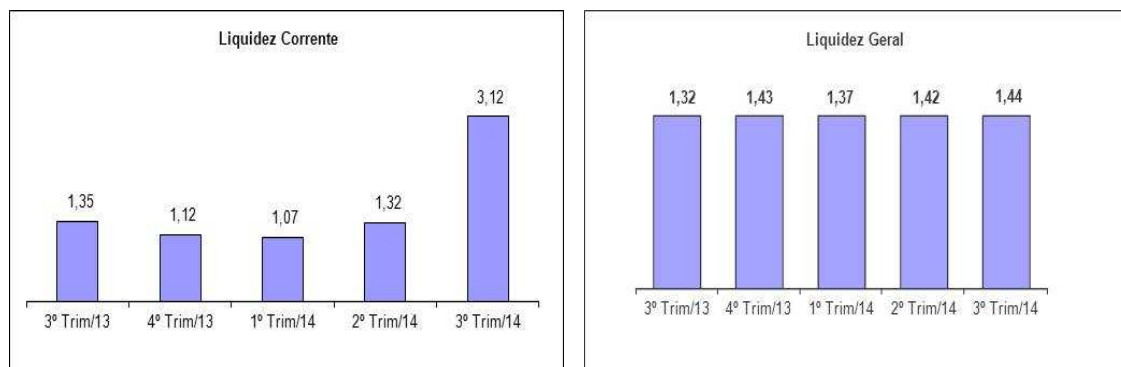
Descrição	Consolidado			
	31 de dezembro 2013	Adição	Amortização	30 de setembro 2014
Passivos Regulatórios - Neutralidade Encargos Setoriais	(17.601)	(48.366)	25.662	(40.305)
Total	(17.601)	(48.366)	25.662	(40.305)
Passivo Circulante	(17.601)	(48.366)	25.662	(40.305)

2. Indicadores Financeiros**2.1. Patrimoniais**

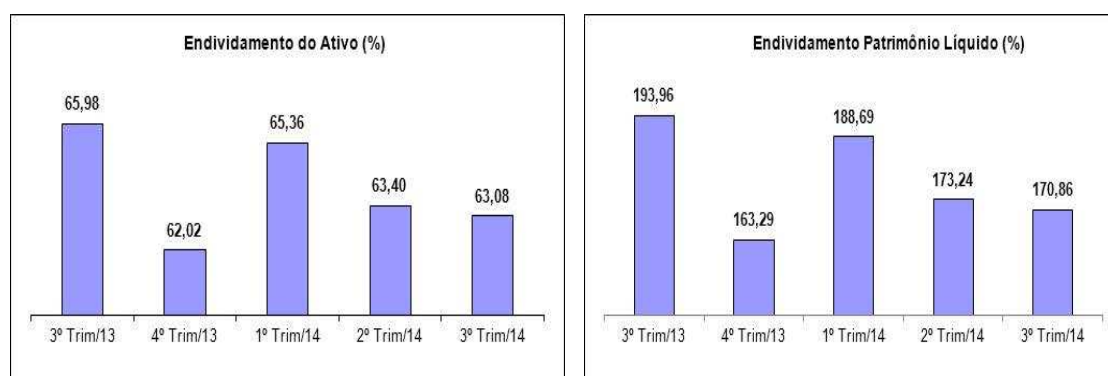
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



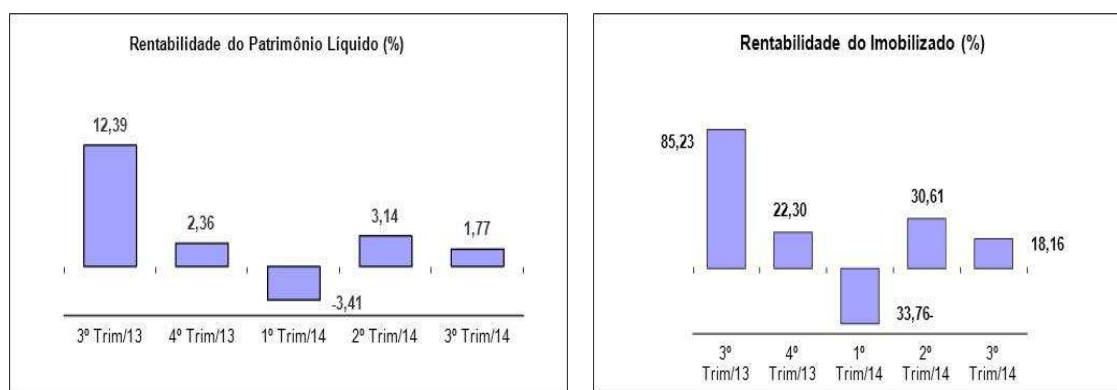
2.2. Liquidez



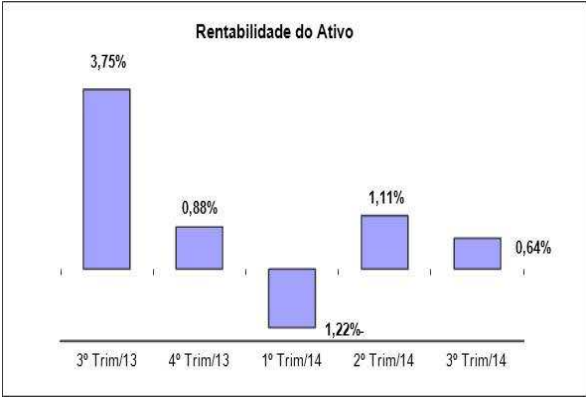
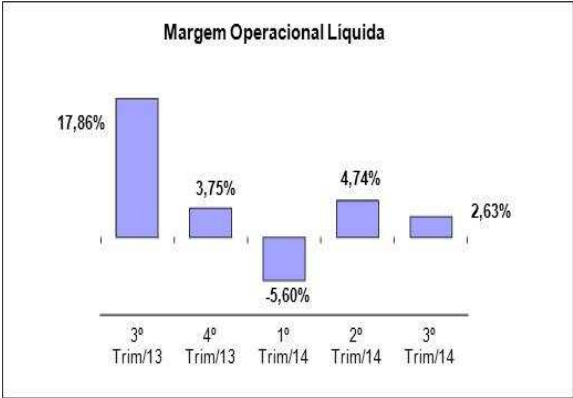
2.3. Endividamento



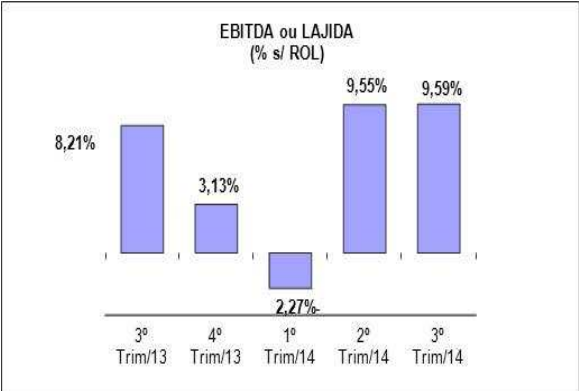
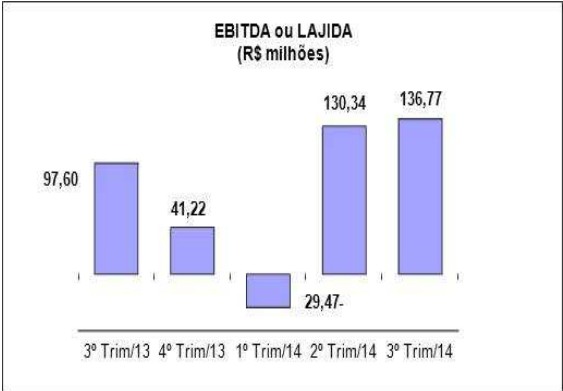
2.4. Rentabilidade



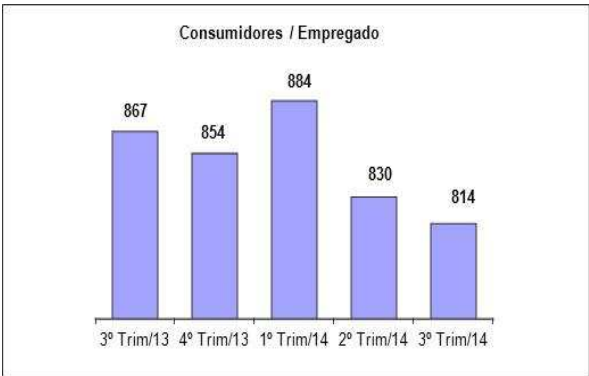
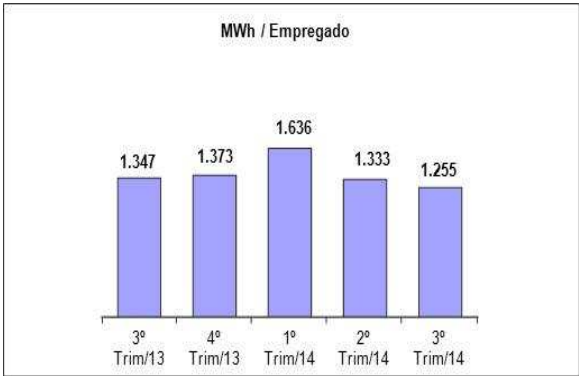
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



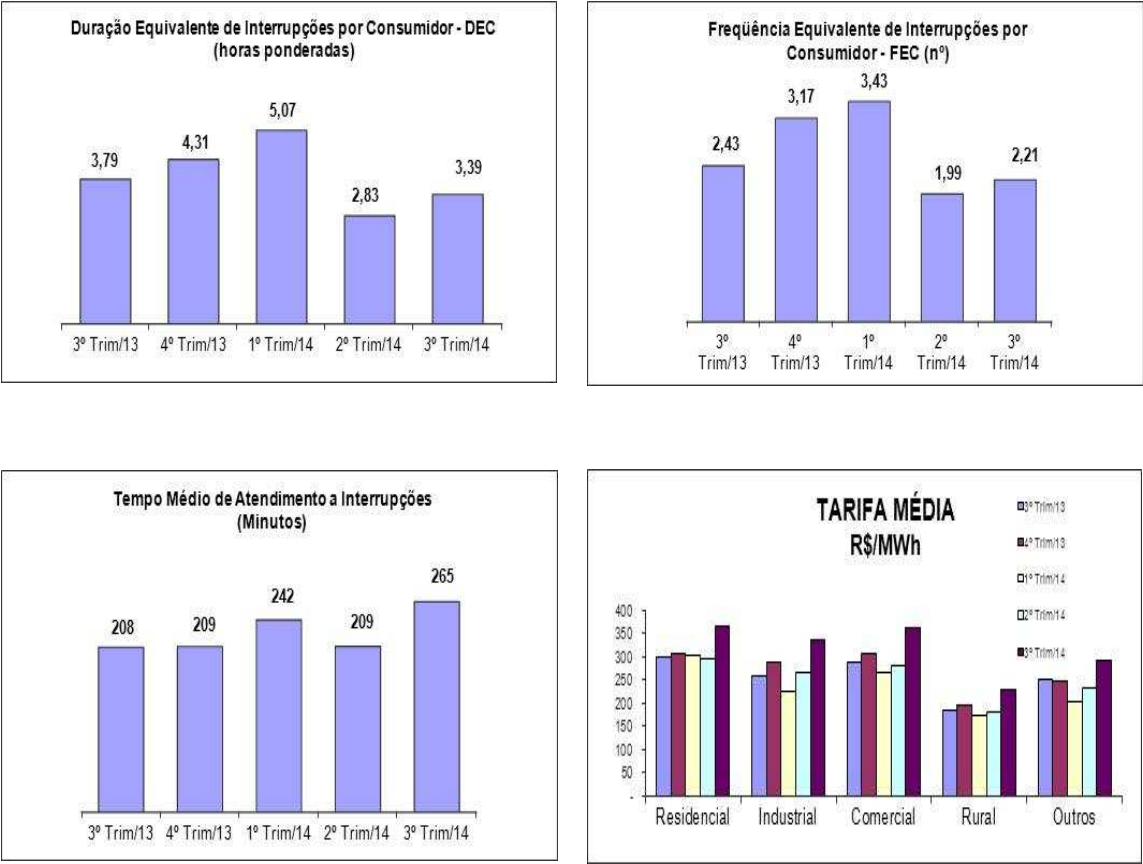
2.5. EBITDA ou LAJIDA



2.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota 27.2, a controlada Celesc Distribuição S.A. contabilizou nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de novembro de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Joinville, 11 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Fernando de Souza Leite

Auditores Independentes Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º. 1 PR-050.422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão

e Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de novembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão

e Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de novembro de 2014.